



ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E A VIOLÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A PERIFERIA CAMPISTA

Elizangela Rosa* e Luciane Silva**

Resumo: O artigo versa sobre os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Estudos Cidade, Cultura e Conflito (NUC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Aborda questões que envolvem moradores de comunidades periféricas da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de investigar *se e de que modo* o poder público local tem atuado na mediação dos conflitos e empreendido esforços para assegurar o acesso dos moradores à educação, à luz de referenciais teóricos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base na Análise Documental (AD) e na pesquisa de campo. O estudo inicial indicou a necessidade de melhor articulação entre os agentes do poder público, bem como o desenvolvimento de um plano estratégico para que o direito formal à educação se traduza no cotidiano dos moradores dos espaços periféricos de Campos.

Palavras-chave: Territórios periféricos. Direito à educação. Acesso à escola. Violência.

Between the right to education and the violence: a look at the campista periphery

Abstract: The article verse on the partial results of a doctoral research, under development within the Center for City, Culture and Conflict Studies (NUC), linked to the Post-Graduation Program in Sociology of the State University of the North Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Addresses issues that involve residents of peripheral communities in the city of Campos dos Goytacazes / RJ, an end to investigation and how local government or mediation has the mediation of conflicts and the development of public tests to protect residents' access to education, in the light of theoretical references. It is a qualitative research, based on Documental Analysis (AD) and field research. The initial study indicates the need for a better articulation between the agents of the public power, as well as the development of a strategic plan for the formal right to education, if it exists in the daily life of the residents of the peripheral spaces of Campos.

Keywords: Peripheral territories. Right to education. Access to school. Violence.

* Elizangela Rosa - Doutoranda em Sociologia Política e Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Arte-educadora licenciada em Artes Visuais (UFES) e Pedagoga (CUSC-ES). E-mail: elizrosa.art@gmail.com

** Luciane Silva - Professora Associada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado (LESCE), integrante do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP-UENF). E-mail: lucianecoltrane@gmail.com

1 PALAVRAS INICIAIS



Figura 1 – Pilastra à entrada de um condomínio do Programa “Morar Feliz”.
Fonte: acervo da pesquisa.

Este trabalho versa sobre os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Estudos “Cidade, Cultura e Conflito”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Trata-se de um estudo que se propõe a identificar e compreender como os jovens residentes em bairros periféricos e favelas do município de Campos dos Goytacazes – localizado na região Norte Fluminense do Rio de Janeiro – tencionam seus modos de uso no exercício do direito ao usufruto do espaço público.

Para isso, na pesquisa mais ampla, tomamos como referência as práticas socioculturais dos jovens dançarinos de Passinho na Praça São Salvador, que está situada na área central da cidade de Campos. No início dessa pesquisa deparamos com algumas contradições vividas pelos protagonistas desse estudo no espaço urbano, evidenciadas pelas situações de tensão e conflito que pareceram indicar a atuação de um poder local repressivo, que inibe os movimentos e vivências de corpos considerados periféricos no centro da cidade ao passo que reprime a espontaneidade e o desejo de uso do espaço público por jovens negros da periferia da cidade.

A partir dessas primeiras impressões, percebemos a necessidade de reunir mais informações sobre os jovens dançarinos, com relação a seus espaços de moradia e condições de vida, o que levou à identificação de outras formas de violações do direito à cidade vivenciadas pelos moradores também nos territórios onde residem, relacionadas à disputa de territórios por facções rivais de tráfico de drogas (Fig. 1)ⁱ, assim como ao descaso histórico do poder público em garantir direitos às populações periféricas.

Especificamente, para a escrita deste artigo, debruçamo-nos sobre o material reunido na pesquisa de campo, buscando discutir sobre os conflitos que envolvem a dificuldade de acesso à educação vividos pelos moradores de comunidades situadas na região de Guarus, zona periférica de Campos dos Goytacazes, onde residem os sujeitos pesquisados.

É importante pontuar que redigimos este texto em meio à pandemia de Covid-19 que já vitimou centenas de milhares de pessoas no mundo e já matou mais de 30 mil pessoas no Brasil. Em meio às regras de isolamento social instituídas por decreto desde o final do mês de março de 2020. De lá para cá, vivemos momentos de muitas incertezas sobre “como será o novo normal” a partir dessa pandemia.

É fato que estamos vivenciando, no Brasil, uma crise econômica e política que antecede a crise sanitária. O cenário de instabilidade que tem se manifestado desde as “Jornadas de Junho” de 2013 – movimento amorfo, que não tinha uma pauta elucidada de reivindicações – provocou um abalo sísmico no país. A polarização provocada pelo colapso da crise de representatividade e erosão causada pela perda de crença nas instituições teve como epicentro do abalo a queda de Dilma Rousseff e a posterior eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

O recrudescimento da crise política e econômica se intensificou com o advento da pandemia de Covid-19. A crise política, por sua vez, tem provocado o aumento do número de mortes pela doença, ao passo que assistimos à relativização da vida ser posta em xeque na gestão da crise sanitária. O tripé – crise econômica, política e sanitária – tem provocado um colapso no país e, nessa conjuntura, temos escutado vozes de pessoas discursando que estamos ‘todos no mesmo barco’, considerando que toda a sociedade está suscetível à doença; portanto, na visão dessas pessoas, todos experimentamos ‘o mesmo tipo de enfrentamento’ e ‘da mesma maneira’.

Com base nisso, retoricamente nos perguntamos: será essa a realidade de todos os brasileiros? Levando em conta o tripé da crise (política, econômica e sanitária), estamos todos no mesmo barco ou será que estamos no mesmo mar ocupando embarcações diferentes? A correlação de forças nos impulsiona a retomar antigos – ainda atuais – debates sobre as lutas que têm sido travadas pelos moradores dos espaços periféricos, com ênfase na perspectiva do direito à educação.

O direito à educação, e outros direitos garantidos pela Constituição Federal (CF) de 1988, tem como pilar a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, objetivamos explicitar, nesse texto, algumas questões que envolvem as comunidades periféricas no que diz respeito ao acesso a esse direito, lançando um olhar sobre seus espaços de moradia e condições de vida, a fim de elucidar *se e de que modo* o poder público local tem atuado na mediação dos conflitos e empreendido esforços para assegurar o acesso desses sujeitos à educação.

Nesse horizonte, a justificativa para esse estudo parte do pressuposto de que podemos contribuir com o debate sobre os problemas sociais dos moradores desses espaços segregados, bem como para a criação e implementação de políticas públicas que os reconheçam como sujeitos de direitos, com voz e vez, contribuindo assim para a mitigação dos problemas que atingem esses cidadãos.

O cenário deste trabalho comporta uma dinâmica social complexa. Nesse sentido, para subsidiar esta análise, diferentes autores são referenciados, dentre os quais se destacam Bourdieu (2008), Wacquant (2004), Wirth (1979), entre outros. Em razão do tema da violência ser um ponto de reflexão nesse estudo, será utilizado o trabalho de Machado da Silva (2004) que versa sobre o conceito de Sociabilidade Violenta.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa é qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1992). Parte da pesquisa bibliográfica e documental (CELLARD, 2012) é fundamentada em textos de teóricos que subsidiam as aulas da disciplina “Territórios Periféricos” (PPGSP/UENF) e ata de reunião

realizada com moradores das comunidades pesquisadas e a observação participante nas comunidades Mintaka, Alnilan e Alnitakⁱⁱ.

Nas incursões às comunidades citadas, realizadas entre setembro e dezembro de 2018, foram reunidos alguns relatos dos moradores que serão considerados na construção desse texto. Parte dessas incursões foram realizadas nos dias de reuniões feitas pela equipe da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), que estava imbuída no diálogo com os moradores da comunidade para constituição de um grupo gestor do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), conhecida popularmente como Praça CEU.

A participação nas reuniões na Praça CEU foi possível a partir da articulação das autoras com funcionárias que atuam na SMDHS e possuem relação com os cursos ofertados pela UENF (graduação e mestrado), o que viabilizou o acesso à comunidade em alguns momentos.

2.1 O LUGAR DA PESQUISA

Dentre a vasta literatura que discute o conceito de cidade, Wirth (1979) a define “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”. Para o autor, o problema central do sociólogo da cidade é descobrir as formas de ação e organização social que florescem nos grupos compactos, porém, heterogêneos (p. 97). Para ele, há uma quantidade de proposições sociológicas que podem ser formuladas com base na observação e pesquisa. Assinala que tais proposições se referem à relação entre: a) quantidade de população; densidade da população; e c) heterogeneidade de habitantes e vida grupal.

Concordando com o autor, é nessa direção que apresentamos nesse tópico, os aspectos econômicos, as características raciais, étnicas, o *status* social e preconceitos que podem contribuir para a compreensão dos modos de vida dos sujeitos que compõem a estrutura social da cidade e, mais especificamente, da comunidade na qual está sendo construída a Praça CEU.

No que diz respeito à Praça CEU, a obra era supervisionada pelo Ministério da Cultura (MinC), desde a obra física até o processo de mobilização social, passando pela aquisição de mobiliário, e financiada pela Caixa Econômica Federal, sendo a Prefeitura Municipal de Campos, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, a parte executora da obra que é desde a obra física até o processo de mobilização social, passando pela aquisição de mobiliário.

Quando a gestão municipal atual assumiu a prefeitura em 2016, a obra estava em fase inicial de execução, mas o prazo para entrega da obra já estava expirando. Ao assumir a continuidade da obra, a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social empenhou-se para atender às exigências burocráticas e para que o município não tivesse que devolver o valor já investido pela gestão anterior. Além da obra física, a SDHS criou um mecanismo de gestão compartilhada (Grupo Gestor) formada com representantes da comunidade civil, da prefeitura e entidades municipais.

Foi a partir das reuniões entre a equipe da SDHS, realizadas com o objetivo de formar um grupo gestor do espaço, ou seja, do diálogo com os moradores participantes das reuniões, que tomamos conhecimento de alguns problemas para além implementação da Praça CEU.

Para melhor delinear a caracterização dos espaços das comunidades estudadas, apresentaremos, no próximo tópico, algumas informações sobre o cenário da pesquisa.

3 A CIDADE, A COMUNIDADE E AS MORADIAS

Situada da mesorregião Norte Fluminense do Rio de Janeiro é o município com 4043,22 Km² de extensão territorial (Fig. 2), o maior do Estado, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010. De acordo com informações do Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do município de Campos é 0,716, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Ainda conforme o documento, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,830, seguida de Renda, com índice de 0,715, e de Educação, com índice de 0,619 (em 2010). No entanto, há que se considerar que já se passou quase uma década

Acerca da média de moradores por domicílio, a localização do distrito de Guarus, o censo de 2010 indica que vai de três a quatro moradores por domicílio, evidenciando, nesse sentido, que a área é marcada por elevado adensamento por domicílio. No que diz respeito ao indicador econômico, os responsáveis pelo provento das residências, o censo apresenta que um percentual entre 60% e 88% possui renda de até 2 (dois) salários mínimos. A variável de domicílios que não possui rede de esgoto indica que alguns setores censitários apresentam percentual de 14% a 66% de domicílios. Em referência ao indicador educação, o censo de 2010 mostra ampla concentração de responsáveis em situação de analfabetismo na região de Guarus (Fig. 3), que comporta as comunidades aqui estudadas: Mintaka, Alnilan e Alnitak.

Com base nos quatro indicadores apresentados, é possível considerar que a região de Guarus é composta, em sua maior parte, pela classe trabalhadora, sendo seus núcleos familiares numerosos e de baixa renda. Em outras palavras, os indicadores exibem traços de exclusão social, que influencia a vida das pessoas, e isso envolve também os valores culturais e discriminações.

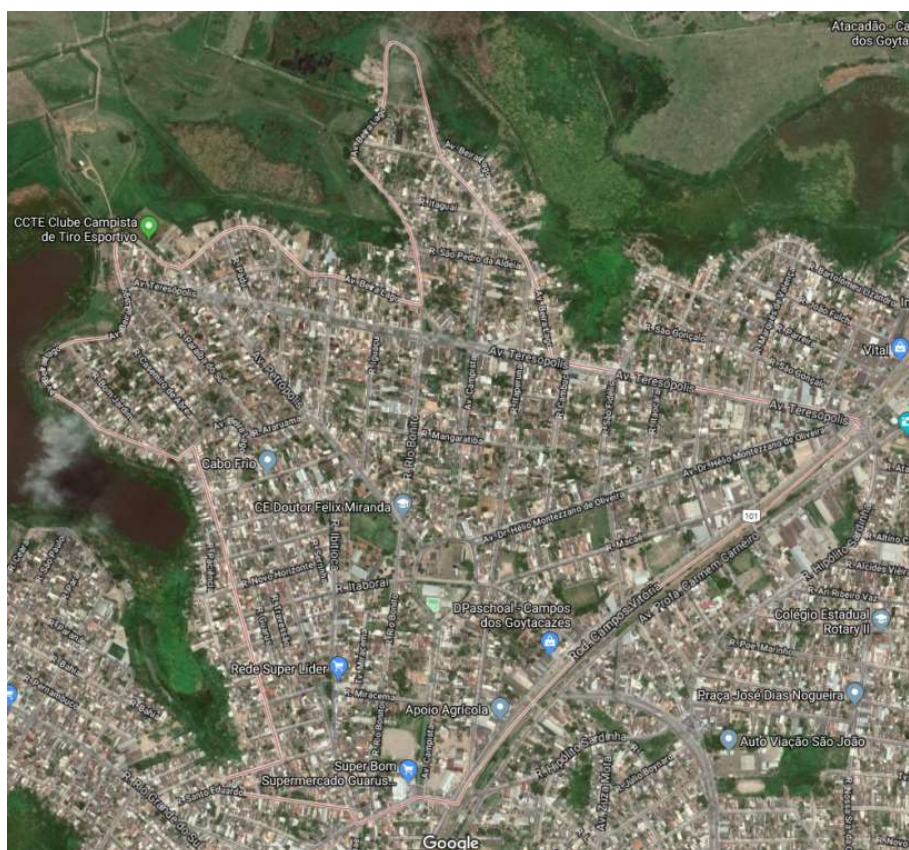


Figura 3 – Mapa de localização do Bairro Guarus, em Campos dos Goytacazes
Fonte: Google Maps, 2020.

Segundo Assis (2016), que realizou sua pesquisa com moradores de Guarus, esses munícipes convivem com categorizações morais subjacentes de processos de “estigmatização”, dos que os classificam como “violentos”, “favelados”, “cafonas” em razão das condições de desigualdade em que vivem. O autor discute sobre essas subjetivações generalistas e excludentes e observa, subsidiado por entrevistas realizadas com pessoas que residem na área, o esforço que elas fazem, cotidianamente, para não corresponderem à “categorização moral morador de Guarus” (p. 19), em função do que essa classificação representa no imaginário social Norte Fluminense.

Nesse enquadramento geral estão localizadas as comunidades Mintaka e Alnilan, vizinhas à comunidade Alnitak. Elas são reconhecidas socialmente como pertencentes à “Faixa de Gaza” (Fig. 4), termo que faz alusão à faixa territorial em que ocorrem conflitos entre israelenses e palestinos. De acordo com Assis (2016, p. 191), o termo refere-se a territórios marcados pelos conflitos entre facções criminosas.



Figura 4 – Mapa de localização da Praça CEU na região de Guarú

Fonte: *Google Maps*, 2020. Edição própria.

Com o aprofundamento da segregação social na região periférica de Campos, o comércio de drogas ilegais tornou-se uma realidade marcada pela rivalidade de dois grupos que têm domínio sobre o tráfico na cidade, sendo identificados pelas facções Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP), que impactam a circulação dos moradores na área urbana, pois vivem em constante estado de alerta.

Ao adentrarmos o território, notamos que as casas possuem o modelo do “Programa Morar Feliz”^{vi} e há inscrições pichadas com os nomes das facções que atuam na cidade de Campos. Nos postes de iluminação, nos muros das casas e até nas calçadas há pichações que fazem referência a ADA (Amigos dos Amigos) e, não muito distante dessas primeiras pichações o que aparece é a sigla do TCP (Terceiro Comando Puro). Sinais que indicam a disputa das facções pelo território, além do picho em letras pretas e proporcionalmente maiores em relação aos pichos anteriores: “X9 tem que morrer”. Ao passar pela Praça, percebemos que ela estava bastante movimentada. Estava decorada com bolas e muitas crianças circulando pelo local. Tratava-se da comemoração do dia das crianças. Antes de chegar à Praça CEU não vimos outro espaço para sociabilidades desportivas na comunidade. Em conversa com os moradores, eles disseram que a comunidade carece de um espaço onde as crianças possam brincar e divertirem-se. No entanto, em razão da sensação de insegurança, quando perguntados sobre as formas e possibilidades de frequentar a Praça, os moradores manifesta receio e preocupação (diário de campo, 20 de outubro de 2018).

Conforme explicitamos, com base no diário de campo, as comunidades Mintaka e Alnilan possuem, dentre outras características similares às outras comunidades de Campos, a construção/ordenamento das casas, popularmente conhecidas como “casinhas”^{vii} e o emparedamento da população que vive sob cerco (MACHADO DA SILVA, 2008). Diante do quadro apresentado (Fig. 4) e, levando em conta a segregação socioespacial dos moradores de Guarú, convém destacarmos que, para além da pobreza e desigualdade social, há que se pensar os espaços periféricos da cidade de Campos na perspectiva de Wacquant (2008).

As observações traçadas por Wacquant em áreas degradadas de cidades francesas e americanas nos permitem avaliar que as comunidades periféricas de Campos estão inseridas num processo de guetização, levando em consideração os aspectos os processos de marginalização e invisibilidade nos quais estão inseridos. Apesar disso, é possível verificar que os moradores têm uma rotina de atividades que desenvolvem para sobreviver nesses espaços.

A discussão sobre gueto divide opiniões, mas fato é que, na cidade de Campos existe uma dualidade existente entre *Centro* – “área distinta marcada pelos ganhos econômicos, sociais e políticos” (BOURDIEU, 2008) e a *Periferia*^{viii} – “espaço de cerceamento, controle etnorracial e forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano” (FARIA, 2005), conforme a configuração da cidade de Campos, nos permitem considerar territórios periféricos como o dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz constituem “guetos”, por congregarem elementos como estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional, que são aspectos usados por Wacquant para caracterização de gueto (WACQUANT, 2004, p. 155).

Esse mesmo estudioso, em seu texto “Da América como utopia às avessas” e “A Zona”, que integram o livro “A Miséria do Mundo”, organizado por Bourdieu, discute sobre gueto, sobre racismo, cultura da pobreza e o abandono dos bairros empobrecidos pelo Estado. Ele denuncia a política do abandono concentrado nos bairros deserdados das cidades francesas e americanas, aponta a desestruturação sistemática do gueto (guetização) como resultado da falta de atuação do governo (desengajamento urbano e social) e outras formas de dominação simbólica para além da exclusão socioeconômica.

Na configuração urbana da cidade de Campos, outro ponto merece destaque para a compreensão do lugar sociocultural em que estão inseridos os sujeitos pesquisados é a atuação de facções rivais. Dessa rivalidade ocorrem conflitos e disputas pelo domínio de territórios das favelas para a venda de drogas, que influenciam e alteram a rotina, principalmente dos jovens moradores dos bairros periféricos/favelas, que são impedidos de circular pelos bairros que estão sob o domínio rival ao do bairro onde fixam moradia (confinamento dos corpos nas comunidades periféricas/favelas).

4 NAS MARGENS DA CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE QUEM RESIDE NOS ESPAÇOS PERIFÉRICOS

A população negra e pobre que reside em bairros periféricos/favelas tem seus cotidianos marcados por tensões que a afeta, principalmente por ser estigmatizada pela cor, classe social e lugar de moradia. Nesse espectro, conforme apontam os dados do Mapa da Violência (WASELFISZ, 2016), são os jovens as principais vítimas dos Homicídios por Arma de Fogo e do abandono político-social. O Mapa da Violência e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) contribui para a noção do lugar social da juventude periférica no cenário brasileiro. De acordo com o Mapa da violência 2016^{ix} é altíssima a porcentagem de mortalidade entre jovens, principalmente na faixa dos 20 anos de idade. Para cada 100 mil Homicídios por Arma de Fogo (HAF), a taxa chega a 67,4% de *jovens*^x mortos. Outro ponto chama à atenção é referente ao gênero, ou seja, à elevada *masculinidade* das vítimas. O relatório indica que 94,4% das vítimas de HAF em 2014 foram homens, com ênfase para a juventude que em 2014 representavam, aproximadamente, 26% da população do país.

Os dados também sinalizam o problema da *seletividade racial* dos HAF, que entre 2003 e 2014, as taxas de HAF de brancos caem 27,1%, de 14,5%, em 2003, para 10,6%, em 2014; enquanto a taxa de *homicídios de negros* aumenta 9,9%: de 24,9% para 27,4%. A partir desses dados é possível notar que a vitimização negra do país, que em 2003 era de 71,7%, em poucos anos mais que duplica, visto que, em 2014, atinge o percentual de 158,9%, ou seja, *morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo no país* (WASELFISZ, 2016).

Esses dados expõem que o homicídio é a principal causa da morte de jovens negros, do sexo masculino no Brasil. Corroboram a Nota Técnica Nº 20 do IPEA (SILVA; OLIVEIRA, 2015), que aponta os *jovens negros, do sexo masculino, com baixa escolaridade*, como as principais vítimas de homicídios. Com relação aos jovens em conflito com a lei, o relatório indica que a maioria deles pertence a famílias pobres (40,0% dos adolescentes de 15 a 17 anos e 27,8% dos jovens de 18 a 24 anos) indicam que a pobreza tem endereço: as favelas, subúrbios e periferias. Além disso, a nota abaliza que a repercussão dos casos de homicídios, violência e confrontos entre policiais e traficantes veiculados pela mídia^{xi} contribuem para o fortalecimento de estereótipos e repercute até mesmo na forma de atuação da polícia nesses espaços segregados socialmente. Isso expõe os jovens, negros, pobres à imagem de problema social e a sua moradia como fator determinante nas formas de interação e circulação que vivenciarão no espaço urbano.

As informações trazidas pelo Atlas da Violência 2018 denotam que, em termos de violência letal no Brasil, já evidenciada nas publicações anteriores, o cenário de desigualdade racial se amplia e aponta para o aumento no índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1% em relação ao último levantamento). O documento atualizado evoca a necessidade de profunda reflexão sobre esses dados e políticas eficientes “de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil” (CERQUEIRA, 2018, p. 41).

Esses dados corroboram o *ranking* divulgado pela Organização Não-Governamental (ONG) da sociedade civil mexicana “*Seguridad, Justicia y Paz*”^{xii} (ORTEGA^{xiii}, 2017), que fez o levantamento anual com base em taxas de homicídios por 100 mil habitantes. Nesse *ranking*, o Brasil aparece entre as 50 áreas urbanas mais violentas do mundo, dentre as quais a cidade de Campos dos Goytacazes-RJ ocupa a 45ª posição.

O município de Campos conta com uma população de 463.73 habitantes, destes, 47,73% autodeclararam-se brancos e 53% autodeclararam-se pardos ou negros^{xiv}. Dentre os quatro indicadores – de demografia, ambiente, educação e economia – é possível delinear o quadro de exclusão da cidade, que em sua maior parte, é formada por pardos e negros, sendo a população juvenil composta por 118.954 jovens com faixa etária entre 15 a 29 anos (IBGE, 2010). Desse quantitativo, 63.039 (53%) autodeclararam-se negros.

Na perspectiva de refletir sobre essa problemática que a Superintendência de Igualdade Racial do município de Campos dos Goytacazes-RJ (Supir), e a Comissão de Igualdade Racial da OAB-RJ, organizaram um encontro para discutir possibilidades de ações voltadas para a Juventude negra da cidade^{xv}. Dentre os assuntos abordados no encontro, os participantes discutiram sobre a “juventude negra em Campos dos Goytacazes” no que se refere à “segurança pública” e “possibilidades” de vivências, face à “falta de serviços e oportunidades nos bairros periféricos da cidade”.

Dentre os problemas suscitados, destacamos: os “problemas com transporte”, a falta de “opções de lazer” e “mães que querem livrar os filhos do tráfico”, a “violência no bairro”, o “toque de recolher”, a “guerra do tráfico”, as “escolas que não mantêm um diálogo com os jovens”, a “necessidade de melhores oportunidades em programas sociais”, a “importância de políticas culturais” para os jovens do município, a “ausência de espaços culturais”, a dificuldade de deslocamento dos moradores dos bairros periféricos aos postos de saúde para “territórios ocupados por facções rivais” foram os mais debatidos. Uma das participantes chamou a atenção para “naturalização da morte da juventude negra”, “a atuação das facções” e “da guarda municipal” campista. Após o levantamento dos problemas alguns participantes apresentaram suas sugestões e, em seguida, os organizadores deram os encaminhamentos de questões e propostas que visam à promoção da justiça social e o combate ao racismo na cidade.

No encontro, uma moradora da comunidade Alnitak, situada na “Faixa de Gaza”^{xvi} manifestou a sua preocupação com os jovens negros da periferia da cidade de Campos. Em sua narrativa relatou que esses jovens vivem em situação de vulnerabilidade social, sem acesso à educação adequada, opções de lazer dentro e fora de suas comunidades, dentre outros serviços básicos.

Em suma, as propostas elencadas pelos participantes do encontro para os desafios expostos fornecem diretrizes para um trabalho que, necessariamente, precisa ser desenvolvido a partir da atuação de vários agentes da sociedade, instituições, órgãos, para que, de fato, ações emergentes e eficazes sejam postas em prática e, a partir disso, sejam minimizadas as mazelas sociais que atingem a juventude negra e pobre da cidade. Além disso, os conflitos locais destacados no encontro sinalizam que localizar fronteiras (materiais e/ou simbólicas) é um desafio posto à implementação de políticas públicas.

4.1 A ESCOLA FECHADA

O direito de todos à educação, independentemente da idade, é assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Para Anísio Teixeira, a educação é um direito, sendo que “a escola pública é por excelência a escola da comunidade” (TEIXEIRA, 1996, p. 47).

Sobre esse ponto específico, durante a reunião para criação do grupo gestor da Praça CEU, conversamos com os moradores a fim de levantar mais informações sobre o cotidiano nas

comunidades. Além de revelarem sentir medo e apreensão quando questionados sobre o uso da Praça CEU, eles relataram que estavam enfrentando problemas de circulação dentro da própria comunidade em razão dos conflitos entre as facções rivais. Afirmaram que muitos estudantes estavam sendo impedidos de estudar, pois a escola pública local estava fechada sob a ordem das facções e os estudantes estavam sendo impedidos de frequentar as escolas das comunidades circunvizinhas.

Em uma das reuniões realizadas pela equipe da SDHS na comunidade, os moradores questionaram se a escola da prefeitura, que está sendo construída ao lado da Praça seria entregue conjuntamente. Diante desse relato, a Secretária da SDHS, na tentativa de contornar a situação, afirmou que verificaria essa situação com a Secretaria de Educação de Campos, tendo em vista que na reunião não havia representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) no local que pudessem elucidar os encaminhamentos porque estavam atendendo a “outros compromissos”.

Enquanto a Secretária justificava a ausência de um representante da secretaria na reunião, um senhor se apresentou como representante da Secretaria de Educação, mas não respondeu à pergunta da senhora sobre o problema apresentado a respeito de as crianças estarem sem estudar. Enfatizou apenas que levaria grupos de fanfarra para a inauguração do espaço da Praça CEU. A cena nos remeteu ao que Guy Debord (1992) assinala ao refletir sobre a sociedade do espetáculo. Segundo o autor, nas regiões subdesenvolvidas, ou seja, em lugares onde a base material ainda está ausente, a sociedade portadora do espetáculo “apresenta os *pseudobens* a desejar, também oferece aos revolucionários locais os falsos modelos de revolução” (DEBORD, 1992, p. 38-39). Enquanto uma mãe olhava para as limitações do seu contexto turbulento, a “*pseudonegação*” (p. 39) do agente banalizou a sua angústia ao mudar o foco da discussão.

O que ficou evidente, nas reuniões com os moradores das comunidades Mintaka, Alnilan e Aniltak é que, para além das problemáticas apresentadas pelos moradores, apesar dos esforços empreendidos pela SDHS para execução do projeto da Praça CEU, há falta de integração das demais secretarias nas articulações referentes a esse projeto. Isso é verificado pela ausência de agentes de outras pastas nas reuniões realizadas com a comunidade do bairro e a aparente falta de um entendimento institucional sobre a necessidade de planejamento territorial que vise a segurança dos moradores.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O direito à educação garantido pela Constituição Federal de 1988 tem como pilar a igualdade de oportunidades. Entretanto, ao que parece ainda existe um abismo entre a conquista formal dos direitos proclamados, na perspectiva de construir uma nação onde todos tenham uma educação de qualidade e a tradução desse direito no cotidiano dos sujeitos pobres que permanecem sem possibilidade de acesso ao mundo da escola.

O estudo inicial indicou a necessidade de melhor articulação entre os agentes do poder público, bem como o desenvolvimento de um plano estratégico para que o direito formal à educação se traduza no cotidiano dos moradores dos espaços periféricos de Campos. Considera-se que, sob o domínio das facções e a ausência do poder público, as famílias que residem nas comunidades pesquisadas, além de lidar, cotidianamente, com um tipo de isolamento social imposto pelos conflitos territoriais e disputas entre as facções, têm sido invisibilizadas pelas políticas públicas.

Em nossa leitura, ao que parece, a prefeitura está delegando a responsabilidade de manter o funcionamento do espaço, de criar regras de uso e de zelar pela segurança aos próprios moradores. Falta comunicação entre os agentes do poder público municipal no que diz respeito ao desenvolvimento de ações que visem à segurança dos moradores, tanto mais na resolução de problemáticas como o fechamento da escola. Desse modo, os moradores vivem sob a atuação das facções e, nessa contextura, o direito à educação está bem longe de ser alcançado.

Os moradores da cidade de Campos estão todos no mesmo mar, todavia ocupando embarcações diferentes: uns em navios, outros, em canoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ. 273f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.
- ASSIS, Renan Lubanco. Morador de Custodópolis e morador de Guarus: a moradia como um símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes-Rj. 215f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.
- CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA/FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 63-79.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.
- FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. Contribuições ao estudo sociológico das cantigas de ninar. *Revista Brasileira*, São Paulo, n. 16, p. 75, mar./abr. 1958.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- JORGE, Ana Lúcia Cavani. *O acalanto e o horror*. São Paulo: Escuta, 1988.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.
- ORTEGA, José Antonio. *Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo*. Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal A. C. 2018. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/download/6-prensa/242-las-50-ciudades-mas-violentas-del-mundo-2017-metodologia>>. Acesso em: 7 mar. 2020.
- POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. *O discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da Revista A Aurora – Letras – Artes – Ciência*. 103f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2003.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP). *Atlas de Desenvolvimento Humano*: PNUD, Ipea, FJP; 2013.
- SILVA, Enid Rocha Andrade; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. *O Adolescente em conflito com a Lei e o debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Brasília: Ipea, 2015. (Nota Técnica N. 20). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_nt_maioridade_penal.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um direito*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- WACQUANT, Lóuic. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 167-176.

- _____. A Zona. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 177-202.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por Armas de Fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2016.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ⁱ O picho na pilastra exhibe, dentre outras inscrições, as siglas de duas facções que atam na cidade de Campos: Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP). Abordaremos sobre essas facções no item 3.
- ⁱⁱ Nome fictício atribuído a três comunidades vizinhas onde foi realizada a pesquisa. Os nomes são referências às Três Marias, asterismo de três estrelas posicionadas no céu de forma alinhada e que compõem o cinturão de Orion.
- ⁱⁱⁱ Para Goffman ([1891] 2004, p. 46) “[...] estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou o “perfil” de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter”.
- ^{iv} A tese de Renan Lubanco Assis (2016) apresenta uma profunda discussão sobre a moradia como símbolo de estigma na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.
- ^v Em seus estudos, Faria (2000) e Pohlmann (2003) refletem sobre as políticas higienistas da cidade de Campos e suas influências na configuração do espaço urbano que se apresenta na atualidade.
- ^{vi} Os conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz” são resultado de uma política pública implementada na cidade de Campos. À época da configuração do programa, o tema habitação era pauta da agenda do governo federal, por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida”; no entanto, a gestão municipal da cidade optou por um programa próprio, divergindo da maior parte dos estados e municípios brasileiros. Essa política habitacional foi divulgada pelos seus gestores como “o maior programa habitacional do interior do Brasil”, que tinha por meta a construção e doação de 10 mil moradias com os recursos dos royalties do petróleo. Foi apresentada como uma alternativa para as famílias que cultivam o “sonho da casa própria”, contudo, pesquisadores do assunto avaliam que a construção dessas habitações populares pode contribuir para reforçar a criação e manutenção de territórios periféricos. Ver Arruda (2014).
- ^{vii} Ver Arruda (2014).
- ^{viii} Constituem-se espaços que congregam elementos como “estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional” (WACQUANT, 2004, p. 155).
- ^{ix} O processamento do Mapa da violência 2016 considerou dados preliminares do ano de 2014.
- ^x Idade entre 15 e 29 anos.
- ^{xi} Ver a respeito em Champagne (2008, p. 63-79).
- ^{xii} A organização usa como critério a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oficial em cidades de 300 mil habitantes ou mais, além de fontes jornalísticas e informes de ONGs e organismos internacionais. O Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Criminal AC é uma organização da sociedade civil que surgiu em julho de 2002. De acordo com informações divulgadas no *site*, a rede se declara apartidária, secular e independente.
- ^{xiii} Presidente do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Criminal, AC.
- ^{xiv} Em consideração a esses números, cabe ressaltar que a população negra é uma das matrizes étnicas fundamentais na formação da população campista (DARCY, 1995).
- ^{xv} O documento analisado (ata de reunião) resulta de uma ação conjunta realizada por representantes de instituições ligadas à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Governo Estadual do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e, especialmente, pela Superintendência da Igualdade Racial e Comissão de Igualdade Racial da OAB-RJ. Também estavam presentes alguns membros da sociedade campista, estudantes, professores, representantes de coletivos municipais, psicólogos, pesquisadores etc.
- ^{xvi} O termo faz alusão à faixa territorial em que ocorrem conflitos entre israelenses e palestinos. De acordo com Assis (2016, p. 191), refere-se ao conjunto habitacional “Morar Feliz”, cujo território é marcado pelos conflitos entre facções rivais que impactam a circulação dos moradores, que vivem em constante estado de alerta.